

LAMB, Mary Ellen

2008 «Inventing the Early Modern Woman Reader through the World of Goods: Lyly's Gentlewoman Reader and Katherine Stubbes». In Heidi Brayman Hackel; Catherine E. Kelly, ed. – *Reading Women, Literacy, Authorship, and Culture in the Atlantic World 1500-1800*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

MATOSO, José

2010 «Apresentação». In João Luís Inglês Fontes; Joaquim Bastos Serra, Maria Filomena Andrade, org. – *Inventário dos Fundos Monástico-conventuais da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: CIDEHUS; Colibri, 2010, p. 10-23.

MOTA, Isabel Ferreira da

2003 *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva História, 2003.

NORTON, Manuel Artur

1967 *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1967.

PEIXOTO, Jorge

1974 «Para a História do Livro em Portugal». *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 14, (1974) 237-246.

PEREIRA, Ana Cristina Duarte

2008 «Documento n.º 8 – BNE, ms/12710. Inventário da Livraria de D. Maria Bárbara de Bragança – núcleo português». In *Princesas e Infantas de Portugal*. Lisboa: Colibri, 2008, p. 234-248.

WEIL, Françoise

2003 «La bibliothèque de Madame de Pompadour». In *Lectrices d'Ancien Regime*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, Interférences, 2003, p. 13-17.

VANDA ANASTÁCIO | vandaanastacio@mail.telepac.pt
Centro de Estudos Clássicos – Universidade de Lisboa

A BIBLIOTECA PÚBLICA, O UTILIZADOR IDOSO E AS POLÍTICAS DE INFOINCLUSÃO: mapeamento da realidade portuguesa

THE PUBLIC LIBRARY, THE SENIOR USER AND THE INFORMATIONAL AND SOCIAL POLICY: mapping the Portuguese reality

Fabiola Maria Pereira Bezerra

Resumo: Este trabalho aborda as Bibliotecas Públicas em Portugal e sua relação com os utilizadores idosos, revisando o papel socioinformacional das Bibliotecas Públicas, baseado nos princípios universais decretados pela UNESCO, bem como a escassez das políticas públicas voltadas para a população idosa. A análise dos serviços prestados pelas bibliotecas possibilitou identificar que não existe, por parte destas, uma atuação efetiva junto aos utilizadores idosos, certificando a necessidade de implantação de uma ação planeada a nível nacional e em conjunto, liderada por órgãos ligados às bibliotecas. O resultado dessa ação nacional resultaria na mudança de cenário de passividade das bibliotecas públicas em relação ao utilizador idoso.

Palavras-chave: biblioteca pública – utilizador idoso; biblioteca pública – infoinclusão; biblioteca pública – políticas públicas; biblioteca pública portuguesa

Abstract: This work focuses on Public Libraries and their relationship with aged users, reviewing the social and informational role of those libraries, based on the universal principles established by UNESCO, as well as the lack of public policies devoted to old population. The analysis of the services provided by the libraries enabled to conclude that doesn't exist, from their side, an effective action directed to aged users, and that it is necessary to implement a planned action at national level, with the leadership of the organic sectors connected to libraries. The result of such national action would promote a change in the passive scenario played by public libraries in relation to the aged user.

Keywords: public libraries – aged users; public libraries – info-inclusion; public libraries – public policies; public libraries in Portugal

1. Introdução

A UNESCO, através de seu Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas (IFLA/ UNESCO, 1994), afirma: «a liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais». E mais: Estes valores só serão alcançados, quando os «cidadãos estiverem de posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos». Para que isso aconteça, os serviços das bibliotecas públicas «devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social».

O Manifesto define a biblioteca pública como «porta de acesso local ao conhecimento», uma vez que proporciona condições para uma aprendizagem contí-

nua. A Sociedade da Informação colocou o conhecimento como fator competitivo crucial, a disponibilização do acesso democrático a informação facultada através dos bens e serviços da biblioteca pública é que garantirá o desenvolvimento dos indivíduos. O manifesto da UNESCO, na sua versão de 1994, já integra em seu conteúdo, os novos desafios que a Sociedade da Informação veio colocar frente às bibliotecas públicas, e segundo Ventura (2001: 80), atribuindo uma «fatura social» bem como o «aparecimento de novos públicos, o desenvolvimento de novas formas de literacia e a emergência das novas tecnologias da informação».

A diversidade de papéis fundamentais desempenhados pela Biblioteca Pública surge mediante a manifestação das diferentes necessidades das comunidades a que presta serviço. O objetivo base das bibliotecas públicas consiste exatamente em fornecer recursos e serviços capazes de dar resposta às necessidades dos indivíduos.

O envelhecimento populacional tem-se tornado uma realidade mundial, decorrente de muitos fatores, a melhoria da qualidade de vida é uma delas. A esperança de vida passou de 55 anos, em 1920, para mais de 80 anos, nos dias de hoje. Segundo dados da Comissão Europeia, o número de pessoas com idades compreendidas entre 65 anos e os 80 anos aumentará cerca de 40% entre 2010 e 2030.

Dentro desse contexto, Carvalho (2007: 52) corrobora, quando afirma que esse cenário de mudança demográfica contribuiu para o «processo de reordenação da gestão da velhice, saindo da esfera privada da família, para a pública» onde o Estado passa a assumir a questão do envelhecimento como gestão pública.

As mudanças ocorridas na sociedade em decorrência do envelhecimento populacional refletem também no ambiente das bibliotecas públicas. O idoso tonar-se o novo modelo de utilizador, diante dessa realidade mundial, cabe às bibliotecas públicas repensar sua forma de atuar para atender esse novo cenário da sociedade.

O estudo em pauta faz parte de uma pesquisa de doutoramento desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Portugal, cujo objeto de estudo é a «Biblioteca Pública, o utilizador idoso e as políticas de infoinclusão». A relevância da pesquisa consiste na necessidade de rever o papel social da Biblioteca Pública norteada nos seus princípios universais decretados pela UNESCO.

2. As políticas públicas de informação visando a infoinclusão

O conceito de Políticas Públicas é discutido em todas as áreas do conhecimento, existindo infinitas definições e conceitos criados por autores que se têm dedicado ao estudo do tema.

Autores como Teixeira (2002: 1) conceituam «Políticas Públicas» como diretrizes; «princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado». Segundo o autor, o processo de elaboração e implantação das políticas públicas traduz formas de exercício do poder público «envolvendo a distribuição e redistribuição de poder». Essa ideia também é defendida por Cavaleiro e Juchem (2009: 7) quando afirmam que «os processos de elaboração, bem como os de implementação de políticas públicas são fatores cruciais constitutivos da competência governativa do Estado».

A relação do «poder público e sociedade», efetuada, através das políticas públicas, é considerada por Ferreira (2010: 2) como um mecanismo necessário «utilizado pelo Estado para diminuir as distâncias sociais existentes», respondendo assim, às reivindicações da «sociedade civil naquilo que esta estabeleceu como prioridade».

Ferreira (2010: 2) destaca a importância de políticas públicas que atuem no campo da cultura, como ferramenta para a construção da cidadania e superação da exclusão social, a partir de equipamentos de cultura, tais como: museus, bibliotecas, salas de leitura, projetos culturais entre outros, todos ao seu modo, influenciando e gerando mudanças sociais. No entanto, Paiva (2008: 12) lembra que as bibliotecas públicas sempre estiveram inseridas em seus «contextos social, cultural, tecnológico, político e económico», mas, que, atualmente devem ser inseridas no «contexto mundial da Sociedade da Informação», uma vez que traz em seu bojo a grande discussão sobre o acesso à informação.

A IFLA é uma instituição não-governamental, fundada em 1927, e foi pioneira na defesa das causas biblioteconômicas, sua função básica é encorajar, patrocinar e promover a «Cooperação Internacional», o «Debate» e a «Investigação» em todos os campos da atividade bibliotecária. É considerada como autoridade mundial e atua como voz global da profissão bibliotecária, justificando seus objetivos de universalidade, globalização e *status* representativo.

Dados como os que foram divulgados pela IFLA em 2005, mostraram em números gigantescos a realidade das bibliotecas em todo o mundo. São estimativas muito significativas que evidenciam o valor e a força das bibliotecas, instituições que conseguem mobilizar tantas pessoas devendo por isso ter o poder de também contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

- **Mais de meio milhão de pontos de serviço de bibliotecas;**
- **15.000 km de prateleiras de bibliotecas;**
- **Bem mais de meio milhão de ligações à Internet nas bibliotecas; e**
- **2,5 mil milhões de utilizadores registados em bibliotecas (IFLA, 2005)¹.**

O «Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas públicas» é considerado base de referência, como documento universal que consagra os princípios e estabelece o conceito de biblioteca pública, assim como define suas missões-chave. Segundo Figueiredo (2004: 186), o grande contributo do Manifesto da UNESCO foi a consagração da «biblioteca pública como instituição indispensável à democracia e ao desenvolvimento harmonioso dos indivíduos e da sociedade». O Manifesto destacou ainda «a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade como valores humanos fundamentais» e atribui o acesso à informação como condição primeira para a construção desses direitos democráticos.

Figueiredo (2004: 185) ressalta o Manifesto da UNESCO e coloca-o como a base de referência, como documento universal que consagra os princípios da biblioteca pública, e lembra que o mesmo «tem suportado o desenvolvimento de outros documentos nesta área, os quais resultam principalmente de discussão e reflexão que, na última década, políticos e profissionais têm mantido sobre o papel da biblioteca pública», contribuindo efetivamente para o reconhecimento político dessa instituição dentro da Sociedade da Informação. Dessa forma, o Manifesto da UNESCO serve de mecanismo para a formulação de uma política de bibliotecas públicas, quando afirma:

A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos

nacionais e locais. Tem de ser um componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para cultura, o acesso a informação, à alfabetização e à educação (IFLA/UNESCO, 1994).

A Sociedade da Informação traz em seu bojo uma contradição potencial, à medida que valoriza o fator humano no processo produtivo, uma vez que transforma o conhecimento e a informação em capital, da mesma forma, e com a mesma intensidade, desqualifica os novos analfabetos das tecnologias de informação, possibilitando assim criar uma nova classe de excluídos. Através da criação de um conjunto de políticas de iniciativas públicas que criem condições de igualdades, é que possibilitará o combate ativo a esse provável processo de exclusão, caso contrário, poderia tornar-se num impiedoso fator de exclusão social. A base da Sociedade da Informação é que ela deve ser uma sociedade para todos e a definição das medidas políticas para a construção dessa Nova Sociedade devia ser norteada baseada em condições reais de acesso e benefícios para todos.

As bibliotecas públicas são instituições da comunidade destinadas a possibilitar o acesso à informação, agregando benefícios ao indivíduo; sua filosofia de trabalho está fundamentada pela democratização e socialização do saber, à medida que possibilita, através do conhecimento, a tomada de decisão com vista à transformação da sociedade. Gill (2003: 33) lembra que, para a biblioteca pública manter o nível de serviços necessários ao desempenho das suas funções, deve ser dotada de enquadramento legal e financiamento sustentado e que o desenvolvimento dessas políticas deve privilegiar a prestação de serviços, através da oferta de um leque de serviços, de forma que possibilite responder às necessidades da comunidade.

Ferreira (2010: 6) corrobora com esse pensamento, quando afirma que as políticas públicas são processos dinâmicos e necessita de ações para sua implementação. Considera assim a ação cultural como uma ação política e pública, uma vez que é baseada em princípios administrativos e orçamentários, ambos direcionados para a melhoria da qualidade de vida da população. Lembra ainda que essas ações governamentais garantem a todos o acesso aos bens culturais, numa «perspectiva de apropriação, descentralização e democratização dos bens, serviços e espaços de cultura».

Ribas e Ziviani (2007: 50) entendem que a proteção dos direitos do homem é a base das constituições democráticas e inserem a Ciência da Informação

¹ Tradução nossa.

nesse contexto, quando afirmam que «o acesso à informação é condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania», sendo esse um pré-requisito para os direitos civis, políticos e sociais. Para os autores, o princípio fundamental da Ciência da Informação é a responsabilidade social de transmitir conhecimento para os que dele necessitam. Lembrando que as bibliotecas e os centros de informação, de um modo geral, devem convergir seus espaços, em «locais abertos, de diálogo e troca de informações, deixando de ser um local de consulta para se tornar um espaço de convivência».

2.1 O caso português

Falar de políticas de infoinclusão, implica necessariamente relembrar as ações implementadas no processo de preparação para a Sociedade da Informação. Essas medidas aconteceram inevitavelmente em diferentes países, no final da década de noventa, e resultou em muitos estudos a nível mundial para viabilização de ingresso nessa nova sociedade.

Dentre os estudos desenvolvidos nas diferentes áreas, no processo de passagem para Sociedade da Informação, os que foram direcionados para as bibliotecas públicas, foram motivados a partir da necessidade de incorporar novos conceitos, já anteriormente reforçado expressamente em 1994, através do Manifesto da Unesco, bem como o novo contexto e novos desafios impostos a elas através da Sociedade da Informação.

A União Europeia encomendou um estudo sobre o papel da biblioteca pública na Sociedade da Informação através da DGXIII, Direção da União Europeia responsável por lidar com questões de regulamentação das telecomunicações e de normalização. Esse estudo intitulado *Public libraries and the information society*, mostrou diferentes realidades nas bibliotecas públicas europeias em 1997.

Esse estudo também foi desenvolvido individualmente em algumas bibliotecas, resultando em cinco estudos de casos. O estudo foi desenvolvido em nove países da Europa, incluindo Portugal e alguns estudos regionais. Relativamente a Portugal, o Ministro da Cultura, através do Despacho n.º 55/95 de 12 de Dezembro de 1995, nomeou um Grupo de Trabalho, para realizar esse estudo sobre as bibliotecas públicas, apresentado posteriormente em Março de 1996, em forma de relatório, onde seriam identificados os principais problemas nos setores da educação, telecomunicações e problemas de caráter

estrutural e administrativo (MOURA, 1996). Bem como um outro documento, também elaborado pelo Ministério da Cultura sobre o impacto da Sociedade da Informação sobre as atividades das instituições culturais.

Na altura desse estudo, o que existia concretamente em Portugal eram 124 bibliotecas municipais, em conformidades, com as normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Bibliotecas Públicas, criado em 1987. 62 Municípios ainda não tinham sido apoiados pelo Programa Nacional de Bibliotecas Públicas, e 89 outros municípios estavam sem biblioteca pública. Nesse estudo, foram identificadas as principais dificuldades e obstáculos de desenvolvimento das bibliotecas portuguesas:

- **Insuficiência de recursos humanos;**
- **Equipamentos de informática insuficiente; e obsoletos;**
- **Autonomia financeira insuficiente e obsoleta;**
- **Os estilos de gestão, incluindo a descentralização de responsabilidades;**
- **A cultura organizacional das prefeituras, resultando em entraves burocráticos;**
- **Fatores técnicos de telecomunicações, por exemplo, muito poucos pontos de acesso local.** (COMISSÃO EUROPEIA, 1997a: 3 – versão traduzida).

O estudo também certificou que algumas bibliotecas públicas em Portugal eram pioneiras em relação às novas funções da biblioteca pública, sendo elas: Biblioteca Municipal Marquesa do Cadaval de Almerim; Biblioteca Municipal Florbela Espanca, em Matosinhos; Biblioteca Municipal de Aveiro; Biblioteca Municipal de Seixal; e Biblioteca Municipal de Setúbal.

O Relatório acerca do *Green Paper* sobre o Papel das Bibliotecas na Sociedade Moderna apresenta-se como importante documento político a nível da União Europeia; de iniciativa da Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social do Parlamento Europeu teve como relatora a Deputada Mirja Ryyänen. O Relatório é datado de 25 de Junho de 1998 e apresenta um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelos Estados-Membros, reconhece que, na Sociedade da Informação, o conhecimento constitui o recurso principal e a informação a matéria-prima mais importante,

desta forma coloca a biblioteca como elemento crucial nesse processo atribuindo a ela a missão de garantir que todos tenham a possibilidade de obter a informação e os conhecimentos culturais que desejem, e afirma que «as bibliotecas ocuparão um lugar mais importante na sociedade da informação do que tinham na sociedade industrial» (RYYNÄNEN, 1998: 14). Solicita ainda que a Comissão acelere o processo de elaboração do Livro Verde sobre o papel das bibliotecas na Sociedade da Informação. Recomenda ainda aos Estados-Membros que todas as bibliotecas devem possuir equipamentos modernos, e em particular ligações à Internet, e que, de acordo com as recomendações do Manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas públicas, garantam a gratuidade dos serviços básicos, dando destaque ao material produzido com o financiamento dos contribuintes (RYYNÄNEN, 1998: 10-12).

Em agosto de 1998, foi realizado um *workshop* onde se conseguiram reunir 23 países europeus, e que resultou na *Declaração de Leuven*, onde foram definidos objetivos que consideravam importantes e que deveriam ser desenvolvidos para assegurar a ação das bibliotecas públicas, através da criação de políticas nacionais e federais. Nesta mesma linha de documento público, em 1999, foi elaborado por decisores políticos de 31 países europeus, a *Declaração de Copenhaga*, onde subscrevem os papéis da biblioteca pública, já anteriormente consignada através da *Declaração de Leuven*. Está declaração apresentou, na verdade, um apelo aos governos federais e nacionais, que definissem uma política nacional de informação. Em 2000, através de uma ação articulada, foi realizada em Lisboa uma conferência internacional intitulada «*Bibliotecas Públicas: Inventando o futuro*», onde foi discutida a necessidade de se criar uma rede², que «permitisse abordar problemas comuns com o objetivo de articular ações e políticas na área das bibliotecas públicas na Europa. Em Outubro de 2002, foi realizada em Copenhaga uma conferência sobre bibliotecas públicas, que resultou na produção do relatório intitulado «*The Public Library in the Eletronic World*». O relatório íntegra dados de 23 países «mostrando que a maioria dos países possui estratégias nacionais para as bibliotecas públicas» (FIGUEREDO, 2004a: 192).

Portugal entrou tardiamente nos temas em relação à Sociedade da Informação. Em 1996, foi lançada pelo Governo português uma política de dinamização para a Sociedade da Informação, através do Programa Operacional para a Sociedade da Informação. Em 1997, foi aprovado o Livro Verde para a Socie-

dade da Informação em Portugal, documento estratégico que definiu as principais linhas de orientação e de intervenção necessárias para a implantação da Sociedade da Informação, marcando então a entrada da sociedade portuguesa nos temas sobre a Sociedade da Informação e do conhecimento. O documento apresentou propostas a curto, médio e longo prazo que foram apresentadas à Assembleia da República, onde fez abordagem económica e tecnológica, influenciando assim as políticas, as medidas e as ações propostas nas diversas áreas sociais e em especial no campo da participação política, onde foi dada ao Estado a responsabilidade fulcral de colocar Portugal em posição competitiva à escala europeia e global.

O Livro Verde para a Sociedade da Informação, veio a ser aprovado em Conselho de Ministros em 17 de Abril de 1997. Tendo-se constituído em referência essencial para o movimento de modernização do país, combinando um vasto conjunto de grandes opções estratégicas e um corpo articulado de medidas concretas, cuja execução foi desencadeada de imediato. (PORTUGAL, 1999: 8)

Segundo o Livro Verde: «Na construção da Sociedade da Informação deve ser respeitada a matriz democrática cujos princípios e regras fundamentais estão definidos na Constituição da República Portuguesa» (PORTUGAL, 1997: 9), obedecendo assim os princípios e as regras constitucionais do direito, liberdades e garantias.

O acesso à informação e ao conhecimento deve estar assegurado sem discriminações de origem social. É igualmente necessário aceitar a responsabilidade social para com os cidadãos que, por razões de natureza diversa, reque-rem consideração especial para ficarem excluídos dos benefícios que aquele pode oferecer (PORTUGAL, 1997: 9).

Para vencer o atraso histórico, Portugal, num só quadriénio, preencheu as lacunas em relação aos temas da Sociedade da Informação, definiu estratégias, impulsionou mudança de atitude social, e desencadeou medidas e iniciativas, onde os resultados foram visíveis, «disparando indicadores que em 1994 situavam Portugal num estágio pré-digital e de profunda inércia» (PORTUGAL, 1999: 7). Dentre o conjunto de ações empreendidas destacam-se:

Lançamento do Programa Internet na Escola e a criação da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade, o lançamento do Programa Cidades Digitais, a aprovação da iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico, visando a promoção da economia digital, a aprovação do programa da Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação e a prioridade dada ao Processamento Computacional da Língua Portuguesa (portugal, 2000: 4).

Dentre as ações implementadas pelo Governo Português, apresentadas no Livro Verde, no qual tornou prioridade nacional a transformação de Portugal numa Sociedade da Informação, marcado por mudanças exponenciais, destacamos, as ações direcionadas para «**promover a massificação, e combater a infoexclusão**». A concretização dessa estratégia deu-se com a prioridade absoluta no combate à infoexclusão, à medida que foi massificado o uso das tecnologias da informação através do acesso em espaços públicos, escolas e bibliotecas (PORTUGAL, 1999: 10-16).

O avanço exponencial ocorrido em Portugal no processo de entrada para a Sociedade da Informação, ocorreu com a mesma intensidade nas Bibliotecas. O quadro desanimador que foi relatado em 1996 da situação em que encontravam-se as bibliotecas públicas portuguesas, em nada se parecia com a realidade das bibliotecas públicas após as mudanças que foram implementadas. Esse novo cenário foi decorrente de muitos fatores, tais como: o novo contexto imposto as bibliotecas públicas através da Sociedade da Informação; o papel central que a cultura foi assumindo dentro das políticas nacionais e locais que marcou substancialmente o crescimento do país; as alterações profundas ocorridas em Portugal ao longo dos anos, marcados primeiramente pela transformação da sociedade portuguesa decorrente da Revolução até a entrada na União Europeia. Entretanto, a causa essencial que gerou essa metamorfose foi essencialmente o fato de o Estado português chamar para si a responsabilidade de gerir o já existente Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, fazendo valer o estabelecido no Manifesto da UNESCO.

As mudanças significativas que ocorreram nas bibliotecas públicas, manifestadas através da disponibilização de espaços modernos e bem equipados; da oferta diversificada de tecnologias da informação; dos novos recursos de informação, dentre tantas outras transformações visivelmente perceptíveis nos levam a questionar, se esse novo modelo aumentou concretamente a rele-

vância social dos serviços das bibliotecas públicas; e seu real contributo no processo de inclusão social.

O envelhecimento da população mundial, tão visivelmente refletida na comunidade portuguesa, deve ser visto pelas bibliotecas públicas como fonte de oportunidade, em busca de uma atuação mais efetiva como organizações sociais, através da implementação de serviços por elas desenvolvidos, apoiadas através de uma série de iniciativas que destacam políticas efetivas que realçam a melhoria de serviços para os cidadãos e a qualidade de vida, potencializando assim sua atuação.

3. Caminhos metodológicos da pesquisa

A pesquisa envolveu uma análise de diagnóstico centrado nas bibliotecas públicas portuguesas, em que foi feita uma abordagem quantitativa, com recurso a inquérito por questionário; e socorreu-se também de um estudo de caso, que teve como objeto a Biblioteca Municipal Almeida Garrett e a população idosa que a frequenta.

Foram elaborados dois tipos de inquéritos: um específico para as Bibliotecas Municipais e um outro direcionado aos idosos que frequentam a Biblioteca Municipal Almeida Garrett. Para a elaboração dos inquéritos, foram observados os objetivos geral e específicos da pesquisa, de modo que, pudesse fornecer dados que permitissem validar as hipóteses da pesquisa. Levando-se em conta à distância geográfica das Bibliotecas a pesquisar e a impossibilidade da aplicação dos inquéritos de forma presencial, optamos por enviar o inquérito às Bibliotecas Municipais utilizando o recurso do correio eletrónico. No inquérito dos idosos, foi feita a abordagem de forma presencial, porém deixando-os livres para responderem, havendo no entanto intervenção à medida que surgiram dúvidas ou solicitação de esclarecimento pelos mesmos.

O inquérito foi composto por questões abertas, fechadas e de múltipla escolha, basicamente, o inquérito das bibliotecas foi dividido em três blocos: o primeiro deles identificava a Biblioteca por nome e por concelho; no segundo bloco tratou-se de averiguar a existência de utilizadores idosos na biblioteca pesquisada e, no terceiro bloco, foram levantadas as questões do problema pesquisado. O inquérito dos idosos procurou-se no primeiro bloco identificá-los por faixa etária, escolaridade e sexo; no segundo bloco procurou-se identificar qual a relação existente entre o idoso e a biblioteca e no terceiro bloco

abordaram-se questões diretamente relacionadas com o assunto principal da pesquisa.

Foram selecionados como objeto da pesquisa as Bibliotecas Públicas Portuguesas, uma vez que a investigação buscou identificar de que forma as bibliotecas públicas em Portugal estão contribuindo no processo de infoinclusão dos idosos.

Para identificar as Bibliotecas Públicas portuguesas que deveriam fazer parte da pesquisa e posterior envio dos inquéritos, utilizamos como referência a lista oficial do Diretório das Bibliotecas Públicas³ – Portugal. O total do universo pretendido para a pesquisa eram 358 Bibliotecas, uma situação ocorrida no envio dos inquéritos e que merece destaque é que, desse total de Bibliotecas a pesquisar, 24 apresentaram erro no endereço eletrónico. Como não foi possível obter um outro *e-mail* destas Bibliotecas, não enviamos o inquérito, sendo então reduzido o universo total da pesquisa para 334 Bibliotecas. Do total do universo inquirido, (334 bibliotecas), obtiveram-se respostas de 97 bibliotecas, o que corresponde em termos percentuais a 29,04% do universo considerado.

Foram ainda inseridos como objeto da pesquisa, os idosos da Biblioteca Municipal Almeida Garrett. A escolha dos idosos deu-se de forma aleatória, e a medida que os mesmos utilizavam os serviços e/ou os recursos da Biblioteca. 28 Idosos constituíram o total do universo pesquisado.

Segundo informação fornecida pela direção da Biblioteca, os utilizadores que, efetivamente, utilizam a biblioteca são em torno de 300, mas dentre esse universo, não está definida uma percentagem específica para a quantidade de utilizadores idosos, porém, se tivermos em conta esse dado, a amostra da pesquisa corresponde a 9,33% dos utilizadores da Biblioteca. Na prática, o que observamos, no período da nossa permanência na biblioteca, foi uma repetição de utilizadores, o que dificultou uma amostra mais numerosa. Ocorreu outro fato que merece destaque, os utilizadores idosos, que não são os frequentes, ao receberem o inquérito, optaram por responder em casa, nesse caso, não obtivemos nenhuma resposta posterior.

Para uma melhor compreensão do estabelecimento conceitual da idade cronológica do indivíduo para ser considerado idoso, fazem-se necessários alguns esclarecimentos.

3 <<http://bibliotecas.wetpaint.com/page/BIBLIOTECAS+P%C3%9ABLICAS+-+Lista+por+Distrito>>.

Vieira e Nascentes (2004) chamam a atenção para o fato de que a classificação etária para definição da pessoa idosa, vem mudando ao longo dos anos, e que, em 1930 «definia-se como pessoas idosas àqueles que tinham mais de 50 anos»; em 1945, «o demógrafo *Alfred Sauvy* atribuía tal vocábulo àqueles com mais de 60 anos»; em 1978, na obra «*A França enrugada*», o termo idoso é destinado àqueles com mais de 75 anos; no entanto, na década de 90, devido ao número crescente de pessoas ativas e sadias, surgiu a necessidade de agrupamentos etários menos rígidos. Assim, os grupos específicos de idade, de 65 a 75 anos e de 75 anos e mais, são geralmente mencionados como o de «idoso jovem», e de idoso velho», respectivamente, ou os «envelhecidos» e os idosos». A divisão das faixas etárias foi definida pela OMS (Organização Mundial de Saúde) em 1963, quando considerou meia-idade: 45 anos; idosos na faixa entre 60-74; ancião entre 75-90 e velhice extrema entre 90 ou mais. No âmbito da pesquisa em foco, a faixa etária estudada na categoria de utilizadores idosos, cobriu a faixa que corresponde dos 61-90 anos.

3.1 Inquérito as bibliotecas públicas

Inicialmente, foi enviado o inquérito por *e-mail* para as 334 Bibliotecas pertencentes ao Diretório das Bibliotecas Públicas. No entanto, como foi possível identificar cada Biblioteca individualmente por nome e por *e-mail*, criou-se uma tabela de controlo de envio e recebimento de inquéritos. Como ocorreu uma certa quebra de frequência de respostas recebidas, optou-se por dividir o envio dos inquéritos por momentos distintos.

O envio do inquérito foi realizado em 4 momentos, tendo início no mês de Maio de 2009, seguindo nos meses de Junho, Julho e Setembro. O motivo do envio em diferentes momentos foi utilizado com o objetivo de obter um resultado maior de respostas.

3.2 Inquérito dos idosos

Em relação ao inquérito dos idosos, é necessário o seguinte esclarecimento: o período de observação realizado na Biblioteca Almeida Garrett foi fundamental para definição do período de aplicação do inquérito, como foi dito anteriormente, constatamos através do processo de observação, que não existe uma renovação de utilizadores idosos. Levando-se em conta esta característica, não definimos um período de tempo determinado para apli-

cação dos inquéritos, o mesmo deu-se durante todo o ano de 2010 até final de Maio de 2011.

Dentre a maioria dos utilizadores idosos, que frequentam a Biblioteca diariamente, alcançamos boa receptividade para responder ao inquérito. Aconteceram, contudo, situações pontuais, alguns utilizadores que se recusaram participar, uns por terem problemas de audição o que dificultou a compreensão da nossa abordagem, outros porque preferiram levar e responder em casa, e nestes casos, não obtivemos devolução dos inquéritos. Dos utilizadores casuais, somente um aceitou responder ao inquérito imediatamente após a nossa abordagem, os demais, optaram por responder em casa e devolver posteriormente, o que não ocorreu de fato.

3.3 Observação não-participante

Ao iniciar o trabalho de campo na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, e com o objetivo de observar a rotina dos utilizadores idosos na Biblioteca, adoptamos uma postura de observador não-participante. Infiltramo-nos no meio deles, assumindo, a princípio, o papel de simples utilizador dos serviços e do espaço da Biblioteca.

Foi interessante perceber que, no processo de observação, mesmo sem saber, estávamos sendo observada em simultâneo pelos utilizadores idosos da Biblioteca, esta revelação foi feita por eles na altura da aplicação dos inquéritos, uma vez que também começaram a observar que a minha presença na Biblioteca estava a ser diária.

No processo de observação, tivemos o cuidado de utilizar os mesmos espaços de pesquisa que os idosos usavam, fazendo uma espécie de rotatividade de assentos, o que nos facilitou a observação, chegando ao ponto de saber identificar preferências, hábitos e rotinas de uso dos serviços e dos espaços da Biblioteca por parte dos utilizadores idosos. Esse convívio nos permitiu identificar, por exemplo, que existem diferentes tipos de utilizadores idosos, sendo eles:

- a) **os que utilizam a Biblioteca apenas para ler os jornais e sentam sempre nos mesmos locais;**
- b) **os que utilizam a Biblioteca para pesquisa em livros e fazem anotações em cadernos e ou folhas soltas, preferencialmente nos locais de assentos de costume;**

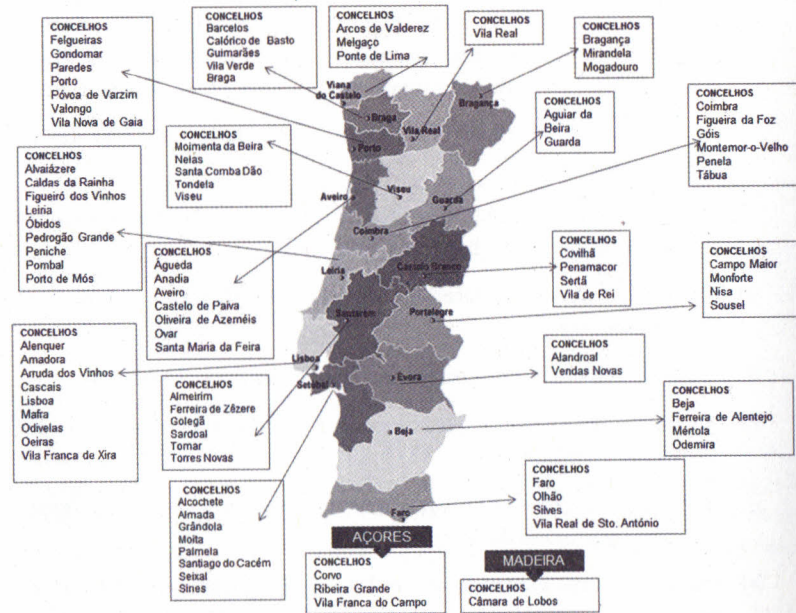
- c) **os que utilizam a Biblioteca para leitura de livros;**
- d) **os que utilizam a Biblioteca para leitura de jornais e de livros, mas que seguem sempre a mesma rotina: primeiro, leem o jornal num determinado local e depois migram de assento para a leitura dos livros;**
- e) **os que utilizam a Biblioteca para a leitura de jornais mas depois, sempre vão ao café;**
- f) **os que utilizam a Biblioteca nos dois horários de funcionamento, respeitando sempre o horário de almoço;**
- g) **os que utilizam a Biblioteca sempre no mesmo período do dia, seja manhã ou tarde;**
- h) **os que chegam à Biblioteca no horário de abertura da mesma;**
- i) **os que já formaram pequenos grupos de amizade a partir do uso contínuo da Biblioteca;**
- j) **a frequência escassa de utilizadoras idosas, mas essas, quando vêm é sempre no período da tarde; e**
- k) **os utilizadores esporádicos em busca de informações utilitárias e práticas para atender a uma necessidade específica de informação. Podemos citar o caso de um idoso que, ao sair de uma consulta do seu médico e este indicou uma operação de apêndice e ele muito preocupado, procurou a Biblioteca para obter informações sobre a indicação do médico.**

Perceber tantas diferenças de comportamento dos utilizadores idosos em relação ao uso dos bens e serviços da Biblioteca corroborou para uma melhor percepção na análise dos inquéritos.

4. A biblioteca pública e o utilizador idoso: inquérito por questionário às bibliotecas públicas portuguesas

A participação das bibliotecas portuguesas na pesquisa foram representadas por todos os distritos portugueses, bem como um número significativo de concelhos. Essa representatividade facultou um mapeamento nacional mais aproximado da realidade portuguesa em relação ao assunto pesquisado, conforme pode ser conferido na Figura 1.

Figura 1 – Participação das Bibliotecas pesquisadas por Distritos e Concelhos



- **Empréstimo domiciliário – 19 indicações**
- **Participação nas atividades da Biblioteca – 18 indicações**
- **Gosto pela leitura – 11 indicações**
- **Uso da Internet – 9 indicações**
- **Seções de cinema – 8 indicações**
- **Participação nas atividades direcionadas aos idosos – 7 indicações**

Sobre o resultado acima, gostaríamos de comentar sobre dois itens especificamente: o primeiro deles e o quarto. Foi curioso perceber que o motivo que mais agrega motivação para utilização da Biblioteca Pública pelos utilizadores idosos foi a leitura de periódicos. Já faz parte da cultura portuguesa o hábito de ler os jornais nos cafés, o que não justificaria a permanência dos idosos nas Bibliotecas apenas por esse motivo. Em 1986, por ocasião do relatório do estudo desenvolvido para implantação da Rede de Bibliotecas Municipais em Portugal foi apontada como fatores negativos das bibliotecas municipais então existentes, além do caráter estritamente conservador das bibliotecas municipais, a «inexistência de atividades de animação» bem como a utilização das bibliotecas apenas para leitura de periódicos (MOURA, 1986: 12). Se em 1986 já foi considerado como fator negativo a utilização das bibliotecas públicas apenas para a leitura de periódicos, como justificar que essa preferência dos utilizadores continue 25 anos depois? As atividades desenvolvidas pela Biblioteca ocuparam o quarto lugar, com apenas 18 indicações, o que não consideramos ser um número representativo, uma vez que deveria teoricamente encabeçar o ranking das preferências dos utilizadores.

Cabral (1999: 40), em sua obra sobre os problemas e propostas de desenvolvimento para as Bibliotecas Públicas portuguesas, já chamava atenção para algumas características que considerava típicas na realidade portuguesa, a «fraca expectativa e exigência da parte dos utilizadores relativamente à qualidade do serviço» e uma «percentagem mínima de pessoas que usa realmente as bibliotecas públicas». O fato de existir pouco interesse dos idosos em relação às atividades da Biblioteca, leva-nos a um questionamento sobre que tipo de serviços e/ou atividades está sendo ofertados para eles e sobretudo a forma como esses serviços/atividades têm sido ofertados.

Segundo os inquéritos respondidos pelas Bibliotecas, 94,84% afirmaram possuir utilizadores idosos, o que comprova a teoria inicial da pesquisa quando se afirmava empiricamente a existência de utilizadores idosos no ambiente das Bibliotecas Públicas em Portugal, e vai ao encontro da realidade já comprovada em muitos estudos sobre a população portuguesa, bem como aos estudos de projeções desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal que indicam uma estrutura etária envelhecida da população portuguesa.

No inquérito, foi indagado os motivos que levam os idosos a frequentarem as Bibliotecas portuguesas, 88 das bibliotecas pesquisadas afirmou saber o motivo, o que evidencia, por parte da Biblioteca, o conhecimento da preferência de cada utilizador. Era uma questão aberta e os motivos apontados pelas Bibliotecas estão agrupados por maior quantidade de indicações, a saber:

- **Interesse na leitura de publicações periódicas – 62 indicações**
- **Solidão; Ocupação do tempo livre; Fuga à rotina – 20 indicações**

Vale também ressaltar que, somente 7 Bibliotecas atribuem a frequência dos idosos associada diretamente às atividades direcionadas para eles, o que

evidência uma falta de rotina associada a essa prática. Munhoz (2007: 1) acredita que «para que possamos desenvolver qualquer produto ou serviço, é necessário criarmos um conceito». Como inexistente o «conceito» desse serviço na mente do utilizador idoso, não existe uma lacuna, e muito menos a necessidade da existência dela (atividade), o autor afirma ainda, que é através do «conceito» de um produto ou serviço, que se cria uma necessidade até então inexistente, à Biblioteca Pública nesse aspecto não é necessária, pois não existe uma necessidade ou desejo por parte dos idosos em relação a essas atividades ou serviços.

Outro aspecto levantado na pesquisa foi sobre a existência de interação entre a Biblioteca e o utilizador idoso, resultando numa percentagem de 76,28% de respostas positivas. A interação é um processo de influência mútua, a diminuição percentual desse dado em relação as questões anteriores novamente demonstra a forma isolada que os idosos utilizam as bibliotecas, evidenciando mais uma vez uma ação sem interação entre as partes. Os inquiridos apontaram algumas situações em que pode ocorrer essa interação:

- a) **Algumas Bibliotecas acreditam que através da divulgação das atividades direcionadas para os idosos, podem gerar uma situação que propicia essa interação;**
- b) **Outras Bibliotecas utilizam como ferramenta para facilitar a interação, à dinamização do processo de leitura;**
- c) **Algumas justificativas apresentadas pelas Bibliotecas afirmam existir uma atenção especial aos idosos: umas associadas ao fato de existir uma empatia com os idosos pelo fato de eles frequentarem diariamente à Biblioteca; outras justificativas que sugerem existirem esse atendimento especial pelo simples fato de serem idosos;**
- d) **Outras justificativas apresentadas pelas Bibliotecas acreditam que essa interação acontece através das atividades intergeracionais;**
- e) **O serviço de referência também foi apontado por algumas bibliotecas como forma de facilitar a interação com os idosos.**

Quando falamos em interação Biblioteca X Utilizador, não advogamos a tese do Bibliotecário paternalista, mas principalmente o desempenho do profissional bibliotecário com uma base mais humanista e menos tecnicista, podendo assim exercer seu papel fundamental como agente de mudança e, como

defende Cabral (1999), «através da criação progressiva de um profissionalismo ativo».

Foi inquerido ainda se a biblioteca desenvolve algum(ns) serviço(s) direcionado(s) para o utilizador idoso. 66,38% das Bibliotecas pesquisadas afirmaram desenvolver esses serviços. O que foi observado nas respostas das Bibliotecas é que, mesmo algumas afirmando ter esse serviço, não nos pareceu ser um serviço consolidado na rotina da biblioteca. Essa «medida» foi baseada na inexistência de informações sobre tais serviços no *site* da Biblioteca⁴. Utilizamos essa ferramenta para mensurar a efetivação desses serviços, assim como são apresentados os demais serviços das bibliotecas, tais como: o empréstimo, a hora do conto, as visitas guiadas, entre outras.

Sobre o *site* das bibliotecas, vale ressaltar que, algumas Bibliotecas não possuem um *site* próprio. Encontramos vários casos em que as informações pertinentes à Biblioteca estão alojadas no *site* oficial da Câmara Municipal do Concelho. Foi curioso perceber a inexistência dessa ferramenta em muitas das Bibliotecas pesquisadas. Nossa surpresa é fundamentada no argumento de Nunes, M. (2004: 4): «nessa época em que o acesso à informação se está a transformar numa questão básica da sociedade, a capacidade de prestar serviços através da Internet é decisiva para o futuro das Bibliotecas Públicas». Inclusivamente, a autora faz uma crítica sobre esse problema nas bibliotecas portuguesas:

Ao mesmo tempo, um país como Portugal, onde há 15 anos se desenvolveu uma rede de bibliotecas públicas elogiada em todo o mundo, não conseguiu ainda que a *performance* das suas bibliotecas, no que respeita ao acesso automatizado às coleções ou à apresentação dos seus serviços *Web*, corresponda à qualidade dessa mesma *performance* no terreno (NUNES, M., 2004: 5).

Encontramos alguns casos pontuais em que a Biblioteca utilizou como alternativa para a inexistência de *website* oficial, a criação de *Blogs* para divulgar seus serviços e atividades; acreditamos que essas ações isoladas estão mais relacionadas com uma característica pessoal dos Bibliotecários, quando estes são pró-ativos e de certa forma ousados, uma vez que foi perceptível na pesquisa o grau de subordinação e pouca autonomia das Bibliotecas.

⁴ A tese apresenta a relação de todos os serviços indicados pelas bibliotecas públicas inqueridas, bem como disponibiliza figuras retiradas dos *sites* das bibliotecas demonstrando essas atividades.

Um outro *item* inquirido foi se **existe interesse por parte dos utilizadores idosos da biblioteca para a realização dos serviços destinadas a eles**. 59 bibliotecas afirmaram existir esse interesse; 4 deixaram em branco e 3 afirmaram não existir interesse. É interessante observar que o resultado dessa questão apresentou uma discordância em relação a uma outra anteriormente analisada. Se 59 Bibliotecas afirmaram existir interesse dos idosos pelos serviços destinados a eles, como justificar então que somente 7 Bibliotecas tenham considerado o motivo que leva o idoso a frequentar a biblioteca, associado à **participação nas actividades direccionadas a eles?** Conforme foi citado anteriormente.

Todo o serviço de bibliotecas públicas deve ser criado, visando ir ao encontro das necessidades da sua comunidade. O Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas já determina que:

Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais. O bibliotecário é um intermediário activo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados. Têm de ser levados a cabo programas de formação de utilizadores de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos (IFLA, 1994).

É imprescindível uma ação participativa da comunidade para que os produtos e serviços de bibliotecas possam atender satisfatoriamente aos seus utilizadores. Já é um fato comprovado que, quando alguns serviços de informação são implantados sem um prévio conhecimento de necessidades dos utilizadores, aqueles tornam-se subutilizados. Para que isso não aconteça faz-se necessário que as Bibliotecas desenvolvam um estudo de sua comunidade, pois através destas análises é que serão estabelecidas directrizes de atuação. No processo de gerenciamento de uma biblioteca, conhecer as necessidades de informação, bem como as expectativas de seus utilizadores é fundamental no processo de decisão e adequação de bens e serviços.

5. Inquérito aos idosos: análise e interpretação de dados

Segundo a OMS, a partir de 60 anos a pessoa já é considerada idosa, havendo entretanto, diferentes faixas etárias que compreendem uma variação etária até mais de 30 anos. Conforme esclarece Torres e Sá (2008: 2) o «envelhecimento

não é igual para todos» justificando dessa forma não incluir todos num único grupo de idosos. Em relação à **faixa etária**, a distribuição da amostra encontra-se representada na Tabela 1.

Tabela 1 – Representação de idosos no universo da pesquisa

Faixa etária	N.º de Idosos
61 - 70	10
71 - 80	13
81 - 90	4
Não especificaram idade	1
Total	28

A medida que o envelhecimento da população torna-se um fenómeno de amplitude mundial, a questão do idoso adquiriu um maior enfoque na sociedade, a longevidade passou a ser vista como uma característica das sociedades modernas (SOUSA *et al*, 2003; DIAS, 2005). Embora ainda exista por parte da sociedade, conforme esclarece Nunes (2000: 1), uma representação negativa da velhice, as ações direccionadas por diferentes instituições a esse segmento, ressaltando a participação social e cidadania na terceira idade, tem possibilitado que os idosos revejam estereótipos e mitos sobre a questão do envelhecimento.

Os idosos inqueridos situados numa faixa etária que varia dos 61 aos 90 anos, em sua maioria, apresentam aparente vigor físico, boa disposição e facilidade de mobilidade, apenas dois possuem dificuldades visíveis de locomoção: um por apresentar característica de quem sofreu trombose e o segundo pelo o avanço da idade.

Em relação a escolaridade dos idosos inquiridos, 46,43% possuem formação superior completo, incluído para alguns idosos o mestrado ou doutoramento. Vale destacar em relação a essa questão, que não podemos esquecer o fato de estarmos a inquirir utilizadores usuais de biblioteca, o que já os delimita como pessoas alfabetizadas. Chamamos atenção para esse detalhe uma vez que encontramos indicações em alguns estudos que apontam um índice muito baixo de escolarização dos idosos portugueses, conforme indicado por Mauritti (2004: 346): «Do ponto de vista da estrutura de qualificações, nas gerações

mais idosas, os recursos muito baixo que caracterizam a generalidade da população portuguesa são ainda acentuados».

A diferença dos dados em relação aos da nossa pesquisa também está presente num outro inquérito, que avaliou os hábitos de leitura dos portugueses (FREITAS; CASANOVA; ALVES, 1997: 31). Nesse estudo, o item escolaridade apontou que «nos mais velhos que se concentram as competências e os graus escolares mais baixos [...] é igualmente, nos mais idosos (com 50 e mais anos) que temos a menor percentagem daqueles que têm um curso superior (10%)».

Quanto ao **género**, na amostra utilizada nessa pesquisa, a população feminina (17,86%) e masculina (82,14%) está representada de uma forma desigual. Essa representação desigual pode ser atribuída a vários fatores, pelo que é importante perceber essa questão sob diferentes aspectos.

Se consideramos o aspecto de **longevidade**, por exemplo, a amostra da pesquisa deveria ter mais mulheres do que homens, uma vez que já é um dado comprovado que existem mais idosos do sexo feminino do que do sexo masculino. Rebelo e Penalva (2004: 11) confirmam esse dado, através de uma análise da população idosa portuguesa, desenvolvida pelo Departamento de Estatísticas da População do INE, em 2002, onde foi verificado que «as mulheres são significativamente mais numerosas e que essa tendência se acentua nos grupos etários mais elevados».

Se pensarmos esse mesmo dado tendo em conta o critério de **escolarização**, é compreensível que na amostra elas sejam representadas em números tão pouco representativos. Mauritti (2004: 345) esclarece que «entre as pessoas idosas as mulheres representam o maior segmento de não escolarizadas». A autora atribui essa característica à provável possibilidade de a pessoa ter vivido «pelo menos durante períodos relativamente prolongados dos seus trajetos individuais» dedicados a familiares, através do casamento; do nascimento de filhos, ou ainda prestando cuidados a outros familiares doentes ou idosos. Como foi dito anteriormente, no processo de observação, já havia sido constatada a frequência escassa de utilizadoras idosas na Biblioteca, o que nos leva a pensar que o facto de elas não serem utilizadores usuais, possa estar associada à questão da escolarização.

Indagamos no inquérito dos idosos, quais os motivos que os levavam a serem utilizadores da biblioteca. Era uma questão de múltipla escolha, cogitamos algumas situações que poderiam determinar a preferência dos idosos pela

Biblioteca Municipal Almeida Garrett. Apresentaremos, no quadro abaixo, os itens ordenados da mesma sequência do inquérito e listados com as quantidades de indicações apontadas pelos idosos.

Quadro 1 – Dados obtidos com a primeira questão do inquérito aos idosos

Proximidade de casa	Acervo actualizado	Bom atendimento	Existência de eventos socioculturais	Ocupar tempos livres	Local agradável	Outros
13	14	17	7	15	17	7

As indicações apontadas estão em sua maioria distribuídas de maneira uniforme, o que nos leva a pensar que não existe uma preferência única dos idosos em relação a uma característica específica da Biblioteca que os motiva a serem utilizadores. Fugindo a regra na indicação dos idosos, encontra-se o item «existência de eventos socioculturais».

Consultamos sobre a **frequência em que os idosos utilizam a Biblioteca**. Essa questão apresentava sete opções diferentes de periodicidade, sendo elas: diariamente; semanalmente; quinzenalmente; mensalmente; semestralmente; anualmente ou ocasionalmente. A ideia com essa pergunta foi verificar a relação dos idosos com a Biblioteca através da assiduidade. Foi possível constatar que, de facto, a maioria dos idosos mantém um relacionamento contínuo com a Biblioteca. Mesmo um dos inquiridos que afirmou frequentar a Biblioteca «semanalmente» justificou que o fazia entre «duas e três vezes por semana» (UTI-21); um outro que indicou frequentar a Biblioteca «quinzenalmente» justificou que era «variável entre quinzena ou mensal» (UTI-22). Ocorreram situações em que idosos que não são utilizadores usuais da Biblioteca, por ocasião de visita à mesma, foram convidados a responder ao inquérito, o que nos leva a crer que os 7 inquiridos que afirmaram frequentar a Biblioteca esporadicamente, são exactamente desses casos.

Indagou-se na pesquisa **há quanto tempo o utilizador tem o hábito de frequentar Biblioteca**. O objetivo dessa pergunta era perceber se já existia no idoso a prática de frequentar bibliotecas, ou se foi um hábito adquirido após a aposentação. 50% dos inquiridos começaram a frequentar a Biblioteca após a reforma. 25% dos inquiridos já estavam em média, reformados há dez anos, os 25% restantes, frequentavam bibliotecas desde sempre, o que é perfeitamente

compreensível, uma vez que dentre os idosos inquiridos, existe uma significativa amostra de idosos licenciados.

Ao tentar perceber sobre uso da biblioteca, inquirimos o seguinte: **quando vem à Biblioteca, que serviços costuma utilizar?** Foi apresentada uma lista de opções e eles podiam marcar mais que uma resposta. Apresentamos abaixo os resultados por ordem de maior indicação pelos inquiridos:

Quadro 2 – Serviços utilizados pelos idosos

Leitura de jornais e diários	Leitura de livros	Empréstimo domiciliário	Leitura de revistas	Acesso à Internet	Participação em cursos	Outros
18	14	14	12	6	4	2

A indicação de «Leitura de jornais e diários» em primeiro lugar na preferência dos idosos, confirma a afirmativa anteriormente apresentada, quando as bibliotecas disseram que o motivo que mais leva os idosos a frequentarem a biblioteca, era a leitura de publicações periódicas.

Inquirimos se eles gostariam que **a biblioteca criasse um serviço direcionado especificamente para a sua faixa etária**. Era uma questão aberta, onde poderiam assinalar o SIM ou o NÃO. Caso a resposta fosse o SIM, solicitámos que indicassem o porquê. 60,71% dos inquiridos afirmaram que gostariam e apresentaram suas justificativas.

Foi indagado se o inquirido **tem conhecimento da existência de atividades direcionadas para o utilizador idoso noutras bibliotecas**. Era uma questão aberta, onde poderiam assinalar o SIM ou o NÃO. Caso a resposta fosse o SIM, solicitávamos que indicassem qual(is) biblioteca(s). 92,85% dos inquiridos afirmaram NÃO ter conhecimento. Somente dois inquiridos afirmaram conhecer, e indicaram o nome das bibliotecas, sendo elas: «*Nas bibliotecas de Matosinhos, Porto (São Lázaro) e Santa Maria da Feira*» (UTI-8); «*Biblioteca de Vila Nova de Gaia*» (UTI-15).

Em uma outra questão do inquérito, tentamos perceber se existe relação entre o utilizador idoso e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett, uma vez que a frequência deles na biblioteca é bastante regular, o que poderia teoricamente proporcionar alguma relação entre as partes. O conteúdo da pergunta era o seguinte: «**Existe algum tipo de interação entre si e a biblioteca?**». Era uma

questão aberta, onde poderiam assinalar o SIM ou o NÃO; caso a resposta fosse o SIM, solicitamos que indicassem qual(is) relação(ões) existia(m).

Essa mesma questão fez parte no inquérito das bibliotecas, mas os dois inquéritos apresentaram resultados muito diferentes, mostrando nitidamente que tanto as bibliotecas como os idosos têm uma percepção diferenciada sobre a mesma situação. Agrupamos no Quadro abaixo o resultado dessa questão nos dois inquéritos.

Quadro 3 – Ponto de vista dos inquiridos sobre interação

	SIM existe interação	NÃO existe interação	TOTAL %
Ponto de vista dos IDOSOS	25%	75%	100,00
Ponto de vista das BIBLIOTECAS	76,28%	23,72%	100,00

A diferença bastante acentuada nos percentuais dos dois inquéritos, conduz a uma reflexão sobre essa desigualdade. Para as bibliotecas, a interação entre as partes existe e ela acontece por meio dos serviços prestados; por outro lado, se essa interação fosse de facto sedimentada, haveria, por parte dos idosos, uma grande aceitação e participação nos referidos serviços, o que na prática não acontece e foi constatado anteriormente no inquérito das Bibliotecas. A falta de interesse dos idosos por esses serviços é mensurado pela ausência dos mesmos no ato do serviço.

Esse olhar tão diferenciado sobre a mesma questão nos leva a fazer alguns questionamentos: Utilizadores e bibliotecários têm a mesma concepção sobre a utilidade da biblioteca pública? A verdadeira missão da biblioteca pública, no seu conceito mais atual, é também percebida pela comunidade? Será que as ideias inovadoras na forma de atuar das bibliotecas públicas existem apenas na cabeça dos bibliotecários e documentadas em artigos por especialistas da área? A resposta silenciosa da comunidade, manifestada na forma de ausência aos serviços oferecidos pelas bibliotecas, já não seria suficiente para as bibliotecas públicas refletirem sobre sua forma de atuar? Entendemos que a biblioteca pública deve estabelecer uma relação dinâmica com a comunidade, onde ambas compreendam seus papéis.

Foi averiguado na última questão do inquérito se «**alguma vez já teve a oportunidade de participar como colaborador da Biblioteca?**». Era uma questão aberta, onde poderiam assinalar o SIM ou o NÃO; caso a resposta fosse o SIM,

solicitamos que indicassem de que forma aconteceu esse voluntariado. Somente um inquirido afirmou já ter participado: «Num projeto *interbibliotecas sobre História de vida*» (UTI – 22).

O trabalho voluntário para os idosos tem sido defendido por especialistas em Gerontologia como forma de manterem-se ativos, além de reforçar um papel social importante, é indicado também como forma de sentirem-se valorizados, exercendo sua cidadania e cumprindo sua responsabilidade social.

A utilização do voluntariado na biblioteca pública traria benefícios em dose dupla: para a biblioteca através do reforço de mão-de-obra, geralmente carenciado de pessoal o que impossibilita muitas vezes a diversificação de serviços por falta de pessoal; e para os idosos mediante a reintegração social e elevação de auto-estima.

Finalizamos a análise dos inquéritos dos idosos, com uma afirmação feita por um deles, que sintetiza o seu desejo em relação à biblioteca:

«A biblioteca poderá vir a ser um espaço onde cada utilizador terá uma missão/função a desempenhar» (UTI – 8).

6. Considerações finais

A realidade do envelhecimento da população a nível mundial vem provocando nas últimas décadas, por parte dos Governos e de instituições, um olhar diferenciado sobre a velhice. O que era um problema doméstico tornou-se um assunto de interesse político e social. Segundo afirma Eiras (2004: 2) «iniciaram um resgate da cidadania do idoso, estabelecendo lentamente novas relações da sociedade com essa faixa etária».

Em Abril de 2002, aconteceu em Madrid, a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocasião em que foram definidas diretrizes que deveriam orientar as políticas públicas concernentes aos idosos para o século XXI. Foi estabelecido que a solução para as questões de envelhecimento deve acontecer em cooperação entre poder público e privado.

Foi afirmado em termos muito claros e vigorosos que o envelhecimento não é um problema, mas sim uma conquista. Foi definido o desafio demográfico do século, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

É necessário um esforço idêntico para colocar as políticas de envelhecimento entre as grandes prioridades (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM PORTUGAL, 2002).

O Plano de Ação Internacional, aprovado na Assembleia Mundial em Madrid, solicitou à comunidade internacional uma mudança de atitude, políticas e práticas em todos os setores, baseada no conceito de envelhecimento produtivo, assim como afastou a questão do envelhecimento vinculado apenas às políticas de proteção social, colocando-a entre as questões de desenvolvimento. O Plano visionava garantir que os idosos concretizem os seus direitos humanos e consigam envelhecer com segurança; e previu ainda a capacitação dos idosos para que pudessem atuar de forma eficaz na vida económica, política e social, mediante o trabalho remunerado ou voluntário (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM PORTUGAL, 2002; FONTE, 2002).

O ano de 1999 foi dedicado pela ONU às pessoas idosas com o tema «Uma Sociedade para todas as idades», cujo objetivo era a inserção dos idosos nas estruturas sociais. O dia 1 de Outubro é dedicado ao «Dia Internacional de Pessoas Idosas». Em 2004, o tema comemorativo a essa data intitulou-se «Pessoas Idosas numa Sociedade Intergeracional», onde foi reforçado o desafio dos países em assegurar a construção de uma sociedade intergeracional. Em 2006 o tema alusivo ao dia do idoso foi «Melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas; promover as estratégias mundiais da ONU», onde foi lançado o apelo para que todas as comunidades trabalhem no sentido de garantir políticas e programas capazes de melhorar as capacidades das pessoas idosas, promovendo sua independência e proporcionando apoio e cuidados adequados à medida que vão envelhecendo (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM PORTUGAL, 2002; FONTE, 2002).

O desafio lançado pela ONU em construção de uma sociedade para todas as idades reflete em muitas instâncias da sociedade. Cabe às organizações do setor público, a necessidade de assegurar a equidade, conforme clarifica Usherwood (1999b: 107), a «justiça na prestação de serviço é um dos fatores que distingue as organizações do setor público das do setor comercial». Para o autor, a «gestão da equidade social é central ao propósito da biblioteca pública».

As mudanças ocorridas na sociedade em decorrência do envelhecimento populacional refletem também no ambiente das bibliotecas públicas. O idoso tonar-se o novo modelo de utilizador. Para Usherwood (1999a: 19), «a biblioteca

pública como instituição pública, é ao mesmo tempo causa e consequência da sua sociedade». Diante dessa realidade mundial, cabe às bibliotecas públicas repensar sua forma de atuar para atender esse novo cenário da sociedade.

Trazendo essa problemática para o caso português, vamos lembrar o processo de transição vivido pelas bibliotecas públicas portuguesas, para então situá-las nesse contexto. A própria história da criação da Rede de Bibliotecas Públicas em Portugal comprova a necessidade de a biblioteca pública se reestruturar no sentido de receber as mudanças advindas dessa renovação. As mudanças ocorridas no processo de transformação e desenvolvimento foram necessárias e indispensáveis para a renovação das bibliotecas públicas portuguesas em conformidade com modelo proposto pelo Manifesto da UNESCO. As mudanças não foram apenas no sentido de renovação da estrutura física das bibliotecas, mas essencialmente na mudança de atitudes. Nunes (1998: 59), através de uma citação da BAD-GTBP⁴ (1983) ilustra essas mudanças: «a própria transformação das mentalidades: alteração da imagem da Biblioteca Pública, mudança de atitudes dos técnicos, autarcas e demais responsáveis, luta contra o marasmo, a indiferença e a rotina».

Um conjunto de ações no sentido de operacionalizar essa transformação foi implementado, resultado da iniciativa conjunta da BAD (por intermédio do Grupo de Trabalho de Bibliotecas Públicas) e do IPL – Instituto Português do Livro. Para profissionais da área, foram levados a cabo seminários; cursos de formação de técnicos auxiliares de BAD; criação do Curso de Especialização em Ciências Documentais, em Coimbra e Lisboa em substituição ao Curso de Bibliotecário – Arquivista; cedência de bolsas, do IPL para três bibliotecários para recolha de experiência com bibliotecas francesas. Dirigidos aos autarcas e à população de um modo geral, foram desenvolvidas exposições para dar conhecimento dos serviços da biblioteca pública; foram produzidos e divulgados textos como *Fins e objetivos das bibliotecas públicas*; bem como um estudo sobre a leitura pública em Portugal para dar conhecimento da realidade do país relativamente às bibliotecas (NUNES, 1996: 59-60). Os resultados dessas ações foram manifestados de forma concreta resultando na transformação das bibliotecas públicas em Portugal.

4 BAD-GTBP. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – Grupo de Trabalho de Bibliotecas Públicas: *objectivos e propostas de acção*. Lisboa: BAD, 1983 (documento dactilografado). In Henrique Barreto Nunes – *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. 2.ª ed. [Prefácio de Maria José Moura]. Braga: Autores de Braga, 1996. 208p.

Ao longo da pesquisa foi contextualizada a realidade das bibliotecas públicas portuguesas em relação à existência do utilizador idoso no ambiente dessas mesmas bibliotecas, bem como foi retratado como cada uma, a seu modo, procura direcionar seus serviços para esse segmento. A realidade posta em revista demonstra um certo imprevisto por parte das bibliotecas na forma de atuar e relacionar-se com os idosos, atestado concretamente através da divergência de opiniões sobre questões semelhantes.

A experiência vivida com sucesso pelas bibliotecas públicas em Portugal, no sentido de investir na capacitação para renovação de atitudes, bem como o «raio-x» da relação biblioteca pública & idoso contextualizada na pesquisa, demonstra novamente a necessidade de uma ação direcionada no sentido de formação do corpo técnico administrativo das bibliotecas públicas objetivando maximizar essa interação, assim como uma ação enfocada para os idosos no sentido de eles perceberem de que forma as bibliotecas públicas poderão atender suas necessidades de informação.

Corroborando com esse pensamento, Nunes (2000: 6) através de uma citação de Veras e Camargo (1995) afirmam que, para garantir melhoria na qualidade de vida dos idosos, é preciso enfrentar «um duplo desafio: assegurar serviços de qualidade para este segmento e desenvolver recursos humanos de excelência e conhecimento para lidar com o grupo etário que mais cresce». Outra indicação direcionada nesse sentido foi apresentada por Leão (2009): «O paradigma contemporâneo de trabalho com idosos defende o envelhecimento com desenvolvimento e exige esforço de compreensão e intervenção interdisciplinar e multiprofissional».

Se observarmos a atuação das Bibliotecas Públicas no setor infanto-juvenil, facilmente perceberemos que existe todo um trabalho estruturado e com resultado positivo para esse segmento. Operacionalizado através de parcerias com escolas, onde estas regularmente desenvolvem atividades no espaço das Bibliotecas. Os profissionais das Bibliotecas foram capacitando-se pouco a pouco, para compreender a linguagem das crianças e a melhor maneira de interagir com elas. Hoje, executam com sucesso, diferentes atividades e serviços, já consolidados e que repercutem positivamente na vida dessas crianças e na sociedade de um modo geral.

Desenvolver serviços para idosos, que possam agregar valor em suas vidas, requer um trabalho de base vocacionado para capacitação dos profissionais das Bibliotecas Públicas. O processo de formação desses profissionais poderá

ser implementado, através de protocolos realizados entre as Câmaras Municipais e diferentes instituições portuguesas, que já realizam com sucesso, trabalhos e pesquisas na área da Gerontologia. Podemos citar o caso da Universidade do Porto – UP, através do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar que desenvolve um programa doutoral em Gerontologia e Geriatria, bem como a Universidade de Aveiro, que igualmente oferece o mesmo programa doutoral, envolvendo outras instituições, tais como: Faculdade de Medicina; Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação; Faculdade de Desporto; Faculdade de Letras, todas elas da Universidade do Porto; e tantas outras unidades de investigação de idosos, existentes no território português.

Os programas de investigação nas universidades são norteados através de linhas de pesquisa, o protocolo a ser firmado entre as Câmaras Municipais e Universidades, seriam no sentido de inserir a Biblioteca Pública dentro dessas linhas de pesquisa. Sendo utilizada como objeto de estudo prático, auxiliando aos experimentos científicos, dando suporte de investigação às pesquisas desenvolvidas.

À abertura dos espaços das Bibliotecas Públicas em parceria com universidades e institutos de pesquisas, através de protocolos oficiais, e realizado de forma habitual e contínua, diminuiria a burocracia existente que muitas vezes inviabiliza o trabalho de pesquisa. A ação rotineira oriunda dessas linhas de pesquisa, não ocasionaria a descontinuidade de ações, muitas vezes implementadas em bibliotecas públicas, para atender situações pontuais de pesquisa. A consolidação de um serviço depende da continuidade do mesmo. A concretização dessa ação conjunta traria ganho significativo, e de valor imensurável para as partes envolvidas.

O modelo da Rede de Bibliotecas Públicas portuguesa foi agraciado; fez história; tornou-se referência e foi visionado por muitos países, pela ousadia, pela eficácia e principalmente pelo arcabouço renovador. A lacuna existente nos serviços e ações, de Bibliotecas Públicas, direcionadas aos idosos, novamente requer uma atuação efetiva e de base, para que, mais uma vez, façam com que as bibliotecas públicas portuguesas avancem na vanguarda de ações estratégicas. Uma ação dessa magnitude requer novamente uma atuação conjunta entre as entidades portuguesas como a BAD, e demais instituições envolvidas com livros e bibliotecas, para que possam puxar para si a missão e responsabilidade de implementar a nível nacional, um programa direcionado para a formação de profissionais; para a adequação e implementação de espaços e serviços para idosos.

A ideia que originou a pesquisa em pauta foi baseada no pressuposto que tínhamos, da existência de um número representativo de utilizadores idosos no ambiente das bibliotecas públicas portuguesas com frequência diária e assídua, e da suposição de que não havia uma ação planeada por parte dessas bibliotecas em relação aos utilizadores idosos. A observação inicial foi feita de forma empírica de uma situação pontual, levando-nos a questionar se isso seria uma constante nas bibliotecas públicas portuguesas.

A análise dessa situação foi feita por intermédio de um inquérito por questionário, aplicado às bibliotecas públicas em Portugal, onde foi possível fazer um mapeamento da realidade portuguesa em relação a essa questão. Utilizamos a análise dos serviços ofertados, como medida para avaliar a interação da biblioteca pública com o utilizador idoso. Ao conhecer individualmente a forma como as bibliotecas públicas oferecem produtos e serviços para esse segmento, foi possível a constatação de que não existe por parte das bibliotecas públicas uma atuação efetiva nesse sentido.

Foi certificado que a existência de utilizadores idosos no ambiente das bibliotecas públicas não provoca uma ação da mesma para esse segmento, no sentido de direcionar esforços para criação e disponibilização de serviços específicos, assim como desconhecem as necessidades e expectativas dos idosos em relação à biblioteca. Os poucos serviços existentes não conseguem ser impactantes nem tampouco despertar no utilizador idoso o interesse de participação; falta por parte das bibliotecas, uma maior divulgação desses serviços. Os utilizadores idosos usam o espaço da biblioteca pública de forma isolada e solitária, na maioria das vezes não têm conhecimento que é possível haver interação entre as partes, ou mesmo desconhecem de que maneira seria possível isso acontecer.

Verificamos que a biblioteca pública na forma como disponibiliza seus bens e serviços beneficia apenas os utilizadores idosos que são alfabetizados. Os que possuem iliteracia estão automaticamente marginalizados ou ficam condicionados quanto ao uso da biblioteca.

Constatamos que em Portugal, as bibliotecas públicas «restringem» a utilização dos idosos, por não desenvolverem serviços voltados para a infoinclusão, desta forma deixam de atender a maioria da população idosa portuguesa. O INE já atestou através de estudos, que a população idosa em Portugal detém de um modo geral, baixos níveis de instrução, ou quase não possui qualquer grau de instrução, bem como constatou que desse grupo, as mulheres assentam

níveis mais baixos que os homens. A medida que as bibliotecas públicas só desenvolvem bens e serviços para um público alfabetizado, dessa forma, deixam de cumprir uma das missões-chave do Manifesto da IFLA/UNESCO, quando o mesmo estabelece: «apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para diferentes grupos etários».

Um estudo pormenorizado realizado em todas as bibliotecas públicas em Portugal, voltado para identificar hábitos de leitura; necessidades de informação; carências de informação; deficiências de informação e expectativas dos idosos em relação às bibliotecas públicas daria subsídios para um planeamento seguro de ações futuras a serem implementadas, afastando de vez das bibliotecas públicas portuguesas, a exclusão dos idosos que utilizam as bibliotecas de forma condicionadas, pelo fato de possuírem iliteracia básica. Assim como a capacitação do corpo técnico administrativo das bibliotecas públicas, objetivando desenvolver recursos humanos de excelência para atuar com os utilizadores idosos, é condição *Sine qua non* para garantir a qualidade de bens e serviços para esse segmento.

A pesquisa possibilitou desenvolver um estudo exploratório sobre o tema, produzindo um diagnóstico da situação a nível nacional, onde foi possível constatar a existência de uma lacuna preocupante em relação a atuação das bibliotecas públicas voltadas para o utilizador idoso. A comprovação dessa deficiência deve despertar na classe Biblioteconomia em Portugal a necessidade urgente de ações direcionadas para solucionar este problema.

A importante contribuição dessa pesquisa foi no sentido de produzir o mapeamento da realidade portuguesa relativamente a esse assunto, identificando a lacuna existente e a necessidade de uma ação por parte dos órgãos competentes para solucionar o problema identificado.

7. Referências bibliográficas

- BAD – GTBP – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Grupo de Trabalho de Bibliotecas Públicas
1983 *Grupo de Trabalho de Bibliotecas Públicas: objetivos e propostas de ação*. Lisboa: BAD, 1983 (documento datilografado). In Henrique Barreto Nunes – *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. 2.ª ed. [Prefácio de Maria José Moura]. Braga: Autores de Braga, 1996. 208p.

CABRAL, Luís

- 1999 *As bibliotecas públicas portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

CARVALHO, Maria Clotilde Barbosa Nunes Maia de

- 2007 *O diálogo intergeracional entre idosos e crianças: projecto «Era uma vez...atividades intergeracionais*. 2007. 123 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa; JUCHEM, Dionise Magna

- 2009 «Políticas Públicas: uma análise mais apurada sobre governança e governabilidade». *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1:1 (jul. 2009).

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM PORTUGAL

- 2002 *Segunda Assembleia Mundial Sobre Envelhecimento*. 2002. Disponível em: <www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/idosos-final.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. CORDIS

- 1974 *Extracts from Country Studies: Portugal*. Luxembourg, 1997. 4 p. versão traduzida disponível no site. Disponível em: <<http://cordis.europa.eu/libraries/en/plis/portugal.html>>. Acesso em: 20 set. 2010.

DIAS, Isabel

- 2005 «Envelhecimento e violência contra os idosos». *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras*, 15 (2005) 249-273.

EIRAS, Neusa Batista; SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho; PAULINO, Luciana Fernandes, et al.

- 2004 «Reminiscências: Três Encontros com a Intergeracionalidade». In CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrext/Educa/Educa164.pdf>>. Acesso em 10 Jun. 2011.

FERREIRA, Maria Mary

- 2010 «Direitos culturais, bibliotecas e políticas públicas: caminho para construção de uma sociedade democrática?» In ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEÓLOGOS, 2., Lima, Peru, 2010 – *Anais...* Lima, Peru: EBAM, 2010.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice

- 2004 «De que falamos hoje quando falamos de biblioteca pública». *Nº CID. Revista de Ciências da Informação e da Comunicação*, Porto, 1:1 (2004) 185-195.

FONTE, Isolda Belo da

- 2002 «Diretrizes internacionais para o envelhecimento e suas consequências no

conceito de velhice». In ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 4-8 novembro 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_ENV_PO4_Fonte_texto.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2010

FREITAS, Eduardo de; CASANOVA, José Luis; ALVES, Nuno de Almeida

1997 *Hábitos de leitura: um inquérito à população portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. 323 p.

GILL, Philip, org.

2003 *Os serviços da biblioteca pública: directrizes da IFLA/(2001)*. Lisboa: Caminho, 2003. 149 p.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2005 *Alexandria Manifesto on Libraries: the Information Society in Action*. 2005. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/III/wsis/AlexandriaManifesto.html>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA

1994 *Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas*. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org.sg/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 02 maio 2009.

MAURITTI, Rosário

2004 «Padrões de vida na velhice». *Análise Social*, 39:171 (2004) 339-363.

MOURA, Maria José, coord.

1986 *Leitura pública, Rede de Bibliotecas Municipais: relatório*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

1996 *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa: RCPB, 1996. Disponível em: <http://rcpb.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/16_RelatorioRNB P96.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2009.

MUNHOZ, Carlos Eduardo

2007 «Criação de Conceito». *Portal do Marketing*, 2007. Disponível em: <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Criacao_de_Conceito.htm>. Acesso em: 12 mar. 2010.

NUNES, Alzira Tereza Garcia Lobato

2000 «Serviço social e universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos». *Textos sobre Envelhecimento UNATI / UERJ*. Rio de Janeiro, 3:5 (1.º semestre 2000) 1-97. Disponível em: <<http://www.redadultos-mayores.com.ar/buscador/files/BRAS1004.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

NUNES, Henrique Barreto

1998 «A oferta pública da leitura». *OBS*, 3 (mar. 1998) 13-15. Versão electrónica do artigo da publicação periódica do Observatório das Actividades Culturais.

1996 *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. 2.ª ed. Braga: Autores de Braga, 1996.

NUNES, Manuela Barreto

2004 «Do lugar físico ao sítio virtual: o fio de Ariadne nas bibliotecas públicas no mundo da Web». In COLÓQUIO DO DOCUMENTO À INFOMAÇÃO, 2, 2004, Porto – Anais... Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5561.PDF>>. Acesso em: 02 ago. 2010.

PAIVA, Maria de Abreu Martins de

2008 *Bibliotecas públicas: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006*. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia

1997 «Missão para a Sociedade da Informação». In *Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Lisboa, 1997. Disponível em: <<http://www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

1999 «Observatório das Ciências e das Tecnologias». *Portugal na sociedade da informação*. Lisboa: Observatório das Ciências e das Tecnologias, 1999.

2000 *Portugal digital: programa operacional sociedade de informação: quadro comunitário de apoio 2000-2006*. Lisboa: Observatório das Ciências e das Tecnologias, 2000.

REBELO, José; PENALVA, Helena

2004 «Evolução da população idosa em Portugal nos próximos 20 anos e seu impacto na sociedade». In CONGRESSO PORTUGUÊS DE DEMOGRAFIA, 2., 2004, Lisboa – Anais... Lisboa: Instituto Politécnico de Setúbal, 2004.

RIBAS, Cláudia S. da Cunha; ZIVIANI, Paula

2007 «O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva». *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, 17:3 (set./dez. 2007) 47-57.

RYYNÄNEN, MIRJA

1998 *Relatório sobre o papel das bibliotecas na sociedade moderna*. 1998. Parlamento Europeu – versão traduzida. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A4-1998-0248+0+DOC+XML+Vo//PT>>. Acesso em: 03 out. 2010.

SOUSA, Liliana; GALANTE, Helena; FIGUEIREDO, Daniela

2003 «Qualidade de vida e bem-estar dos idosos: um estudo exploratório na população portuguesa». *Revista de Saúde Pública*, 37:3 (2003) 364-371.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso

2002 *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: AATR, 2002.

TORRES, Mabel Mascarenhas; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos

2008 «Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer». *Revista Ciências Humanas*, Unitau, 1:2 (2008) 1-10. Disponível em: <<http://www.unitau.br/revista-humanas>>. Acesso em: 10 set. 2009.

USHERWOOD, Bob

1999 *A Biblioteca Pública como conhecimento público*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

VENTURA, João José Belchior

2001 *As bibliotecas e as esferas públicas*. 2001. 266 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologia da Informação) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2001.

VERAS, R. P.; CAMARGO JR., K.

1995 «Idosos e universidade: parceria para qualidade de vida». In R. Veras, org. – *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; UNATI; UERJ, 1995, *Apud* Alzira Tereza Garcia Lobato Nunes – «Serviço social e universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos». *Textos sobre Envelhecimento UNATI / UERJ*. Rio de Janeiro, 3:5 (1.º semestre 2000) 1-97. Disponível em: <<http://www.redadultosmaiores.com.ar/buscador/files/BRASI004.pdf>>. Acesso em: 17 Jun. 2011.

VIEIRA, Tereza Rodrigues; NASCENTES, Claudiene

2004 «O idoso, a publicidade e o Direito do Consumidor». *Jus Navigandi*, Teresina, 8:179 (jan. 2004). Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4621>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

FABIOLA MARIA PEREIRA BEZERRA | fabbezerra@yahoo.com.br
Universidade Federal do Ceará

A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A ANÁLISE DOCUMENTAL NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: Uma experiência de estágio no Arquivo Distrital do Porto

THE HISTORICAL CONTEXT AND THE CONTENT ANALYSIS IN THE ARCHIVAL DESCRIPTION: the experience at the Arquivo Distrital do Porto during an internship
José Guilherme Gouveia

Resumo: Este artigo baseia-se na experiência adquirida durante um estágio no Arquivo Distrital do Porto, integrado no curso de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, grau conferido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É dado realce para a metodologia utilizada na tarefa central do estágio, que foi a da descrição arquivística do Fundo do Convento de São Francisco do Porto presente no ADP, e para os desafios encontrados, que proporcionaram a aplicação prática quer dos conhecimentos teóricos adquiridos nas áreas da História e da Ciência da Informação, quer das normas nacionais e internacionais de descrição. O artigo pretende sobretudo destacar a importância que a contextualização histórica dos documentos, aliada a uma análise cuidada dos suportes e conteúdos dos mesmos, pode ter para a descrição arquivística, a fim de contribuir da melhor forma para a preservação, valorização e acesso ao público de um património documental.

Palavras-chave: descrição arquivística; fundo conventual; Convento de São Francisco do Porto

Abstract: This article is based upon the experience acquired during a period of internship in the Arquivo Distrital do Porto conducted towards a Master's Degree in History and Heritage, specializing in Historical Archives, degree granted by the Faculdade de Letras da Universidade do Porto. The article emphasizes the methodology followed for the internship's core undertaking – the archival description concerning the documents from the Convento de São Francisco do Porto Fonds, housed in the ADP – and the challenges faced, which provided the practical implementation of the theoretical knowledge acquired in the fields of the Historical and Information Sciences as well as of the international/national archival description standard rules. Its main intent is to highlight how important the research of the documents' historical background together with the thorough analysis of its content and support can be for the archival description task as a way to promote its preservation, value and accessibility.

Keywords: archival description; monastic fonds; Monastery of São Francisco, Porto

Quando entrei no depósito e deparei com aquele conjunto de tomos – quase todos encadernados do mesmo modo, em cartão e pele, e com a mesma caligrafia utilizada nos seus títulos, introduções, cronologias e notas – surgiu de imediato a curiosidade de saber quem teria realizado esse trabalho de arquivo e quando isso aconteceu. Ainda que não fosse esse o objetivo do estágio, o trabalho que iria desenvolver permitir-me-ia obter uma resposta a essa curiosidade.

O objeto de trabalho escolhido para o estágio foi a documentação produzida pelo Convento de São Francisco do Porto que se encontra no Arquivo Distrital